

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE GERÊNCIA



EXERCÍCIO DE 2016

Índice

Relatório de Gestão	3
❖ Introdução	3
❖ Evolução da Instituição	6
❖ Situação Patrimonial	8
❖ Perspetivas para 2017	9
❖ Proposta de Aplicação de Resultados	9
❖ Fatos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	9
❖ Informações Exigidas por Diplomas Legais	9
❖ Agradecimentos	9
Balanço	11
Demonstração de Resultados por Naturezas	12
Demonstração de Fluxos de Caixa	13
Anexo às Demonstrações Financeiras	14
1. Identificação da Entidade	14
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	14
3. Principais Políticas Contabilísticas	15
3.1. Bases de Apresentação	15
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	16
4. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilistas e erros	19
5. Ativos Fixos	19
5.1. Ativos Fixos Tangíveis	19
6. Ativos Intangíveis	20
7. Inventários	21
8. Rédito	22
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	22
10. Benefícios dos Empregados	23
11. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	23
12. Outras Informações	24
12.1. Investimentos Financeiros	24
12.2. Créditos a receber	25

Página 2

Relatório de Gestão (Exercício de 2016)

❖ Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (adiante designada por SCMA), constituída a 8 de dezembro de 1908, é uma Associação sem fins lucrativos, com sede no antigo Palacete Seabra de Castro sito na Rua Dr. Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia.

Atualmente a atividade da Instituição é composta pelos seus prestigiados serviços na área do apoio social às famílias e na área da saúde.

Serviços Prestados à População	
Área Social	Área da Saúde
• Creche	• Unidade de Cuidados Continuados (U.C.C.)
• Infantário	• Cirurgia Ambulatória
• ERPI Seabra de Castro	• Consulta Externa
• Centro de Dia	• Medicina Física e de Reabilitação
• Apoio Domiciliário	• Imagiologia
• ERPI José Luciano de Castro	• Consulta Aberta

Note-se que no que diz respeito à área social, a SCMA tem implementado um acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS) que engloba:

Área Social – Acordo de Cooperação com o I.S.S.	
• Creche	Acordo para 42 crianças
• Pré-Escolar	Acordo para 56 crianças
• ERPI Seabra de Castro	Acordo para 46 idosos
• Centro de Dia	Acordo para 50 idosos
• Apoio Domiciliário	Acordo para 45 utentes
• ERPI José Luciano de Castro	Acordo para 36 idosos

A nível da saúde, existe um Acordo de Cooperação entre a ARS Centro e a SCMA em parceria com a UMP, no qual se encontram abrangidos os seguintes cuidados prestados:

Área da Saúde – Acordo de Cooperação com a ARS Centro	
• Cirurgia Ambulatória	Na especialidade de Cirurgia Geral, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia
• Consulta Externa	Na especialidade de Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermato-Venereologia, Medicina Interna, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia
• Medicina Física e de Reabilitação	De acordo com o convencionado
• Imagiologia	De acordo com o convencionado

A elevada procura, associada ao limite de *plafond* do acordo, levou o hospital a pedir o fecho da referência via CTH a 30 de março. Mais tarde, dado que o hospital ainda se encontrava longe das metas definidas por linha de produção, solicitou-se a reabertura da referência (meados de outubro).

Dado que, por decisão da ARS Centro, IP a referência não foi reaberta para as especialidades de pediatria, ortopedia e oftalmologia (sendo esta última a especialidade com maior representação na produção realizada), foi necessário, por forma a cumprir os 100% do acordo de cooperação, ultrapassar o número de cirurgias contratualizadas uma vez que existia lista de espera cirúrgica para o efeito.

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia, através da sua valência “Hospital José Luciano de Castro - HJLC”, encontra-se ainda integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCII). Através de acordo estabelecido entre a SCMA, a ARS Centro e a RNCII no final do ano de 2016, foi alargado o número de camas disponíveis de 20 para 35. Esta ampliação do número de camas disponíveis obrigou a que fossem necessárias obras nas instalações do HJLC que irão ascender a 350.000€, as mesmas terminaram no início do ano de 2017, tendo sido inauguradas as instalações no passado mês de fevereiro. Com este alargamento do número de camas é importante realçar que a nossa unidade passou a ser uma das maiores da zona centro do país.

A nível de clientes, o Hospital José Luciano de Castro tem estabelecidos acordos/convenções com as seguintes entidades:

Área da Saúde – Acordos e Convenções	
Seguradoras	Seguradoras Unidas, S.A. (<i>Tranquilidade, S.A.</i>); Trust – Gestão Integrada de Saúde (<i>Victoria, S.A.; Zurich, S.A.; Açoreana, S.A.</i>); Rede Médica RNA; Médis, S.A.; Advancecare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A.; Plano de Saúde Well's
Empresas	Sanitana, S.A.; Câmara Municipal de Anadia (<i>Anadia Jovem</i>)
Subsistemas	SSGNR; SSCGD

Após análise por parte da SCMA, concluiu-se que o serviço de Medicina Física e de Reabilitação do HJLC, se encontrava a trabalhar na sua capacidade máxima. Assim sendo, de forma a aumentar o número de utentes atendidos neste serviço, foram solicitadas obras de ampliação do mesmo, que iniciaram ainda no decorrer do ano de 2016. As mesmas deverão estar concluídas no ano de 2017 e o seu custo ascenderá aos 410.000€. Este valor espera-se que seja na totalidade rentabilizado nos próximos anos.

A excelência nos serviços prestados pela Instituição à comunidade, quer a nível Social quer a nível da Saúde, continua a ser a principal preocupação da Misericórdia de Anadia, que por esse motivo, tem apostado nas pessoas e na formação de boas equipas de trabalho. Para melhor monitorizar esse desempenho, a SCMA iniciou ainda no decorrer do ano de 2016 contatos com uma empresa de software no sentido de adquirir a plataforma *SINERGi*, que é uma plataforma eletrónica desenvolvida especialmente para as Misericórdias que permitirá a qualquer momento aos elementos da Mesa Administrativa ter conhecimento se estão a ser cumpridos os objetivos da Instituição. A adesão a esta plataforma *online* permitirá um melhor controlo da atividade operacional das valências Sociais e da Saúde, administrando os recursos disponíveis, analisando de forma mais eficiente os custos/proveitos dos serviços prestados.

❖ **Evolução da Instituição**

Saliente-se que a SCMA não conseguiu passar ao lado de um clima de crise económica adversa, sendo claro que as suas condicionantes políticas e sociais dificultam bastante o crescimento da Instituição.

No entanto, devido ao esforço coletivo de todos, as dificuldades vão sendo ultrapassadas, possibilitando a continuação das nossas respostas sociais e saúde.

Área Social

Numa análise rápida à Demonstração de Resultados por natureza constatamos que, comparando a parte Social com o ano de 2015, se verifica uma melhoria em rendimentos de mensalidades. No entanto também se verifica uma redução em cerca de 45.000,00€ dos subsídios devido ao término do projeto AIDCI da DGS.

Por outro lado, verifica-se uma diminuição de custos em fornecimentos e serviços externos que se deve ao mesmo facto. Por sua vez, os gastos com pessoal aumentaram significativamente, devendo-se este aumento essencialmente à contratação de elementos que estavam em estágio no ano anterior e do qual o quadro de pessoal necessitava, bem como de alguns elementos do extinto projeto AIDCI que desenvolvem atividades necessárias ao quotidiano dos nossos utentes.

Esta gestão permitiu um resultado final de 5.705,65€ bastante abaixo do resultado do ano de 2015.

	2016	2015
Vendas e serviços prestados	1.005.605,92	995.621,02
Subsídios, doações e legados à exploração	906.289,64	954.436,21
ISS, IP - Centros Distritais	852.910,45	856.105,18
Outros	53.379,19	98.331,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-309.850,16	-297.574,02
Fornecimentos e serviços externos	-223.522,64	-280.014,71
Gastos com pessoal	-1.445.166,01	-1.355.130,52
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-839,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	7,48	-12,47
Outros rendimentos	151.118,13	165.291,89
Outros gastos	-7.717,77	-1.113,03
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	75.925,59	181.504,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70.219,94	-112.112,38
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	5.705,65	69.391,99
Resultado antes de impostos	5.705,65	69.391,99
Resultado líquido do período	5.705,65	69.391,99

Área da Saúde

Analisando a Demonstração de Resultados por natureza desta área, constatamos que, comparando com os dados de 2015, se verifica uma melhoria do resultado em cerca de 967%. Este aumento deve-se em parte ao aumento das vendas e serviços prestados (+/- 248.000,00€), e essencialmente ao decréscimo dos gastos (+/- 278.000,00€).

	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3.998.878,41	3.751.001,91
Subsídios, doações e legados à exploração	151,32	27.920,06
Outros	151,32	27.920,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-254.384,12	-323.164,49
Fornecimentos e serviços externos	-1.671.219,08	-1.683.931,22
Gastos com pessoal	-1.500.848,44	-1.697.230,65
Outros rendimentos	1.541,92	776,08
Outros gastos	-196.736,76	-6.298,02
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	377.383,25	69.073,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-65.844,34	-36.849,21
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	311.538,91	32.224,46
Juros e gastos similares suportados	-36,88	0,00
Resultado antes de impostos	311.502,03	32.224,46
Resultado líquido do período	311.502,03	32.224,46

Do valor global da rubrica de vendas e serviços prestados, 2.564.988,13 € respeitam à execução do Acordo de Cooperação celebrado com a ARS. O valor remanescente resulta assim da atividade desenvolvida pela SCMA na valência saúde, tendo-se verificado aumentos sobretudo ao nível do Bloco Operatório, Medicina Física e de Reabilitação (MFR), Consulta Aberta e Imagiologia.

Por outro lado, ao nível dos gastos, é de salientar as eficiências conseguidas, que se materializaram fundamentalmente ao nível da diminuição dos encargos com material clínico. Quanto à redução dos gastos com o pessoal, resulta fundamentalmente do facto do exercício de 2015 se encontrar onerado dos encargos com férias (direitos de 2014) dos funcionários do HJLC, que em razão da transferência ocorrida em janeiro de 2015, não poderiam ter sido estimados no fecho de contas de 2014.

Finalmente os outros gastos incluem a quotização devida à UMP no âmbito do acordo de parceria celebrado com a UMP, e que são função dos resultados positivos obtidos nesta área da saúde (vide notas 12.9 e 12.12 do Anexo).

Global da Instituição

	Social	Sáude	TOTAL
Vendas e serviços prestados	1.005.605,92	3.998.878,41	5.004.484,33
Subsídios, doações e legados à exploração	906.289,64	151,32	906.440,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-309.850,16	-254.384,12	-564.234,28
Fornecimentos e serviços externos	-223.522,64	-1.671.219,08	-1.894.741,72
Gastos com pessoal	-1.445.166,01	-1.500.848,44	-2.946.014,45
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-839,00	0,00	-839,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	7,48	0,00	7,48
Outros rendimentos	151.118,13	1.541,92	152.660,05
Outros gastos	-7.717,77	-196.736,76	-204.454,53
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	75.925,59	377.383,25	453.308,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70.219,94	-65.844,34	-136.064,28
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	5.705,65	311.538,91	317.244,56
Juros e gastos similares suportados	0,00	-36,88	-36,88
Resultado antes de impostos	5.705,65	311.502,03	317.207,68
Resultado líquido do período	5.705,65	311.502,03	317.207,68

❖ Situação Patrimonial

Apresenta-se a seguir quadro com a variação dos principais agregados do balanço:

	2016	2015	Variação	%
Ativo não corrente	2.206.485,07	2.238.381,24	(31.896,17)	-1,42%
Ativo corrente	1.947.528,55	1.461.880,89	485.647,66	33,22%
Fundos Patrimoniais	2.689.104,38	2.571.738,54	117.365,84	4,56%
Resultado líquido do período	317.207,68	101.616,45	215.591,23	212,16%
Passivo corrente	1.147.701,56	1.026.906,14	120.795,42	11,76%

Regista-se um aumento na rubrica “ativo corrente” principalmente por força da dívida da ARS por serviços prestados pela SCMA, e também do nível de disponibilidades.

O crescimento do passivo resulta do acréscimo de atividade na valência hospitalar, sendo de salientar que à data de 31.12.2016 não existe qualquer endividamento bancário, não obstante a Mesa se encontrar autorizada, por deliberação da Assembleia Geral, a contratar um financiamento bancário para os investimentos já concluídos em 2017,

A autonomia financeira da Instituição é de 72%.

❖ Perspetivas para 2017

As perspetivas para o ano que se iniciou são moderadas, mas na valência social iremos procurar manter os níveis de qualidade de serviço que a Instituição tem vindo a alcançar nos últimos anos. Não se antecipam alterações significativas no nível de atividade.

No que respeita à área da saúde, como já salientado, foi no passado mês de fevereiro inaugurado o alargamento das camas disponíveis da UCC prevendo-se um aumento na prestação de serviços de 550.000€ aproximadamente, o que considerando também as obras no Serviço de MFR, permite antever que o nível dos serviços prestados nesta área registe um novo incremento. No que respeita ao Acordo de Cooperação com a ARS para 2017 os valores da produção contratualizada são idênticos estando previsto realizar 18.000 consultas e 1.250 cirurgias, em 2016 foram realizadas 18.205 consultas e 1.278 cirurgias.

❖ Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido positivo do período de 317.207,68€ Evidenciado na apresentação das contas de 2016, propomos que seja levado à conta de “Resultados Transitados”.

❖ Fatos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Não se registaram fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2016 que possam por em causa os comentários já evidenciados ou contradizer a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

❖ Informações Exigidas por Diplomas Legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta qualquer situação de dívidas em atraso à Administração Tributária e Segurança Social.

❖ Agradecimentos

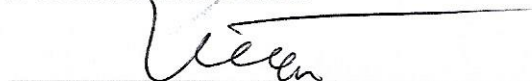
A Mesa Administrativa vem por este meio agradecer:

- Aos seus funcionários e prestadores de serviços, pelo empenho, dinamismo e humanismo que aplicaram no desempenho das suas funções;
- Aos seus utentes e familiares, pela colaboração e compreensão e pelas dicas que nos permitem melhorar;
- Aos voluntários que prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- Aos restantes Órgãos Sociais, pelo apoio demonstrado;

- Às entidades que institucionalmente colaboram com a SCMA, nomeadamente, a Direção Geral da Segurança Social, a Câmara Municipal de Anadia, a União das Misericórdias Portuguesas, a Administração Regional de Saúde do Centro, o Centro de Emprego, entre outros;
- A empresas e/ou particulares que, através de donativos ajudam a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.

Anadia, 13 de março de 2017

A Mesa Administrativa:



(Eng. Carlos António Soares de Matos)



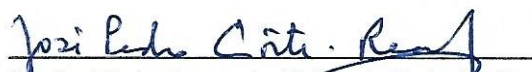
(Eng. Manuel Martins Fernandes)



(Dr. Rogério Manuel Alves de Castro)



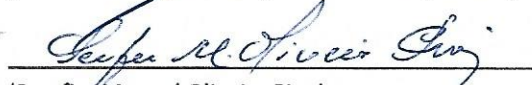
(Osvaldo Pereira Dias)



(Dr. José Pedro Soares de Albergaria Corte-Real)



(Dra. Teresa Paula Rodrigues Liberal Alegre Silva)



(Serafim Manuel Oliveira Pina)

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016Unidade Monetária:
Euros

Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	2.194.062,66	2.229.407,81
Ativos intangíveis	6	246,04	618,03
Investimentos financeiros	12.1	12.176,37	8.355,40
Subtotal		2.206.485,07	2.238.381,24
Ativo corrente			
Inventários	7	70.354,11	76.234,32
Créditos a receber	12.2	444.719,86	265.253,20
Estado e outros Entes Públicos	12,8	10.668,60	10.885,09
Diferimentos	12.4	14.633,44	12.243,90
Outros ativos correntes	12.3	563.140,36	518.783,57
Caixa e depósitos bancários	12.5	844.012,18	578.480,81
Subtotal		1.947.528,55	1.461.880,89
Total do ativo		4.154.013,62	3.700.262,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	920.353,09	920.353,09
Resultados transitados	12.6	1.585.646,21	1.484.029,76
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	183.105,08	167.356,69
		2.689.104,38	2.571.739,54
Resultado Líquido do período		317.207,68	101.616,45
Total dos fundos patrimoniais		3.006.312,06	2.673.355,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	12.9	35.032,01	40.036,64
Subtotal		35.032,01	40.036,64
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	122.121,71	114.695,81
Estado e outros Entes Públicos	12.8	87.872,83	88.097,04
Diferimentos	12.4	802,40	912,40
Outros passivos correntes	12.9	901.872,61	783.164,25
Subtotal		1.112.669,55	986.869,50
Total do passivo		1.147.701,56	1.026.906,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.154.013,62	3.700.262,13

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

 201126869
90744

A MESA ADMINISTRATIVA,


Pág. 11
700000

Demonstração de Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Unidade Monetária:

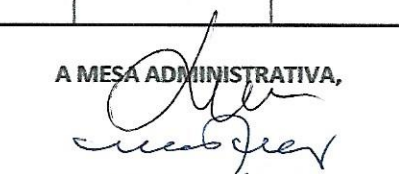
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	4.933.723,91	4.746.622,93
Subsídios, doações e legados à exploração	9	906.440,96	982.356,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-564.234,28	-620.738,51
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-1.756.597,94	-1.896.562,57
Gastos com o pessoal	10	-2.946.014,45	-3.052.361,17
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-839,00	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)	12.1	7,48	-12,47
Outros rendimentos	12.11	85.276,69	98.684,61
Outros gastos	12.12	-204.491,41	-7.411,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		453.271,96	250.578,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.1+5.2+6	-136.064,28	-148.961,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		317.207,68	101.616,45
Resultados antes de impostos		317.207,68	101.616,45
Resultado líquido do período		317.207,68	101.616,45

O CONTABILISTA CERTIFICADO,


 201126869
 90744

A MESA ADMINISTRATIVA,


 Lúcia R. P.
 João S.



Demonstração de Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016

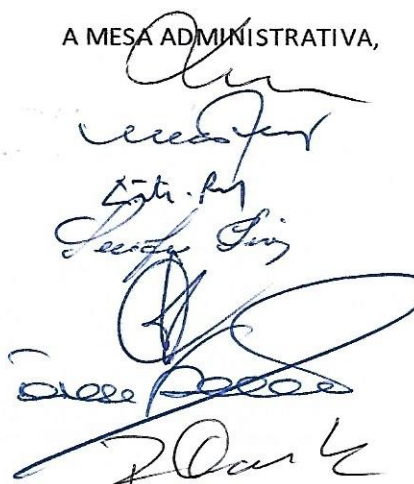
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2016	2015
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	4.678.299,60	4.029.817,19
Pagamento a fornecedores	-2.375.377,52	-2.063.415,26
Pagamentos ao pessoal	-2.925.658,68	-2.795.416,55
Caixa gerada pelas operações	-622.736,60	-829.014,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	906.440,96	990.160,31
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	283.704,36	161.145,69
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-100.362,14	-410.410,95
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Outros activos	82.189,15	51.561,53
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)	-18.172,99	-358.849,42
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>		
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	265.531,37	-197.703,73
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	578.480,81	776.184,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	844.012,18	578.480,81

O CONTABILISTA CERTIFICADO,


 201126869
 90744

A MESA ADMINISTRATIVA,



Anexo às Demonstrações Financeiras**1. Identificação da Entidade**

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (SCMA) é uma Entidade Sem Fins Lucrativos, fundada em 1908, por um grupo de cidadãos, entre os quais José Luciano de Castro, um dos mais influentes políticos portugueses das últimas décadas da Monarquia e chefiou o governo da nação durante vários anos.

A Misericórdia de Anadia é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Esta Instituição tem a sua sede na Rua Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia, com NIPC 501 229 574 exercendo a sua atividade no concelho de Anadia nas áreas de Infância, Terceira Idade e Saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL nº 158/20009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes Diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMA na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SCMA continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 12.3) e “Diferimentos” (Nota 12.4)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Em razão da nova atividade desenvolvida (Valência hospitalar), com a entrega do hospital à SCMA e o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS, a comparabilidade das demonstrações financeiras encontra-se afetada.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a SCMA tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Para as aquisições até 31 Dez 2011 a SCMA deprecia os seus bens de acordo com as taxas do DL 78/89, sendo que desde 2012 para todas as aquisições a partir desse ano passou a utilizar as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009.

As depreciações são calculadas com base nas taxas acima referidas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	25-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento de transporte	6
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6-10
Outros ativos fixos tangíveis	6-10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo custo aquisição.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a SCMA tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são mensurados ao custo.

Esta rubrica inclui ainda, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A SCMA adota como método de custeio dos inventários o FIFO. (*first in, first out*).

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor

3.2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

A SCMA é uma entidade isenta de IRC nos termos a alínea b) do nº 1 do artigo 10º do Código do IRC, pelo facto de ser uma instituição particular de solidariedade social, e exercer efetivamente, a título exclusivo, as atividades constantes dos seus estatutos. Adicionalmente, na sequência da atualização dos referidos estatutos, foi solicitado à Direção Geral da Segurança Social, o seu registo, pedido que se encontra já deferido.

De salientar ainda que, por declaração da DGCI de 15/9/89, publicada no DR III Série nº 238 de 16 Outubro, foi reconhecido à SCMA isenção de IMI e IMT.

4. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilistas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos

5.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2015
Custo					
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59				156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	2.344.744,84	124.699,47	-	-	2.469.444,31
Edifícios e outras construções - PI	537.773,27			(124.699,47)	413.073,80
Equipamento básico	402.128,64	449.589,33	-	-	851.717,97
Equipamento de transporte	146.740,90	3.500,00	-	-	150.240,90
Equipamento administrativo	64.218,95	4.727,07	-	-	68.946,02
Outros ativos fixos tangíveis	22.971,10	2.640,24	-	-	25.611,34
Investimentos em curso	0,00	-		-	-
Total	3.695.272,50	585.156,11	-	(124.699,47)	4.155.729,14
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais - AFT	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais - PI					
Edifícios e outras construções - AFT	886.673,58	124.075,97	-	83.201,85	1.093.951,40
Edifícios e outras construções - PI	300.055,26	8.276,41		(124.075,97)	184.255,70
Equipamento básico	363.265,60	-	-	52.588,32	415.853,92
Equipamento de transporte	145.240,30	-	-	1.374,80	146.615,10
Equipamento administrativo	59.616,74	-	-	2.676,70	62.293,44
Outros ativos fixos tangíveis	22.971,10	-	-	380,67	23.351,77
Total	1.777.822,58	132.352,38	-	16.146,37	1.926.321,33

2.229.407,81

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59				156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	2.469.444,31	-			2.469.444,31
Edifícios e outras construções - PI	413.073,80				413.073,80
Equipamento básico	851.717,97	42.172,49			893.890,46
Equipamento de transporte	150.240,90	-	-		150.240,90
Equipamento biológico	-	-	-		-
Equipamento administrativo	68.946,02	2.717,84			71.663,86
Outros ativos fixos tangíveis	25.611,34	888,40			26.499,74
Investimentos em curso	-	54.583,41			54.583,41
Total	4.155.729,14	100.362,14	-	-	4.256.091,28
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais - AFT	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais - PI	-				
Edifícios e outras construções - AFT	1.093.951,40	-	-	47.775,10	1.141.726,50
Edifícios e outras construções - PI	184.255,70			8.276,41	192.532,11
Equipamento básico	415.853,92	-	-	74.499,72	490.353,64
Equipamento de transporte	146.615,10	-	-	1.374,80	147.989,90
Equipamento biológico	-	-	-		-
Equipamento administrativo	62.293,44	-	-	3.131,56	65.425,00
Outros ativos fixos tangíveis	23.351,77	-	-	649,70	24.001,47
Total	1.926.321,33	-	-	135.707,29	2.062.028,62

2.194.062,66

Verifica-se um aumento em cerca de 100.000,00€ na conta “Ativos Fixos Tangíveis” que resulta essencialmente de equipamento básico que foi necessário adquirir para as diversas valências da Instituição e dos investimentos em curso. Os investimentos em curso respeitam as obras nos serviços da Unidade de Cuidados Continuados e de Medicina Física e de Reabilitação no HJLC.

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Programas de Computador	6.196,44	645,75	-	-	-	6.842,19
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.196,44	645,75	-	-	-	6.842,19
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	5.761,32	462,84	-	-	-	6.224,16
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	5.761,32	462,84	-	-	-	6.224,16

618,03

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Programas de Computador	6.842,19	-	-	-	-	6.842,19
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.842,19	-	-	-	-	6.842,19
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	6.224,16	371,99	-	-	-	6.596,15
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.224,16	371,99	-	-	-	6.596,15

246,04

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Detalhe	2016	2015
Géneros Alimentares	4.810,98	8.453,08
Material Clínico	38.560,80	41.336,43
Material Hoteleiro, Administrativo e Manutenção	9.005,10	8.755,66
Produtos Farmacêuticos	17.977,23	17.689,15
Total	70.354,11	76.234,32

Os inventários referem-se ao stock físico existente na SCMA em 31/12/2016 e em 31/12/2015, e é composto essencialmente por material descartável de apoio às diversas valências, produtos farmacêuticos e produtos de alimentação.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços:		
Infância e Juventude	71.082,47	77.389,75
Terceira Idade	898.217,74	885.607,11
Saúde - Hospital	3.928.047,79	3.750.721,11
Quotas e Joias	3.521,00	2.685,00
Outros rendimentos	32.854,91	30.219,96
Total	4.933.723,91	4.746.622,93

As prestações de serviços da SCM Anadia na área social sofreram um ligeiro decréscimo na área da Infância devido à redução do número de crianças no Pré-Escolar. Note-se que esta área continua a ser condicionada pela redução do número de crianças e pelos baixos rendimentos das famílias que estão diretamente relacionados com as mensalidades cobradas.

Por sua vez, na terceira idade verificou-se um acréscimo que se deveu essencialmente às respostas sociais de ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) e Serviço de Apoio Domiciliário - SAD. A Misericórdia de Anadia pretende melhorar e inovar nos serviços prestados na valência de SAD, tendo o horário do serviço já sido alargado, funcionando agora nos dias úteis das 08:00 às 22:00 e nos restantes dias das 08:30 às 21:30.

Relativamente às prestações de serviços na área da saúde verificou-se um aumento em cerca de 248.000,00€, que se deveu essencialmente à Consulta Aberta e a uma maior procura dos Serviços de Meios Complementares de Diagnóstico.

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	852.910,45	856.105,18
Centro Regional de Segurança Social	852.910,45	856.105,18
Apoios do Governo	53.530,51	126.251,09
QREN - MASES	-	-
IEFP - Estágios	13.811,45	30.694,98
IEFP - Apoios à contratação	34.711,40	47.036,48
DGS - AIDCI	-	40.244,65
Município de Anadia	3.750,00	3.250,00
Outros	1.257,66	5.024,98
Total	906.440,96	982.356,27

No que diz respeito a esta conta, podemos verificar uma diminuição no valor dos subsídios em aproximadamente 80.000,00€ que, em grande parte se deve ao facto de o Projeto AIDCI - “Atividades de Intervenção em Doentes Crónicos Idosos” levado a cabo pela Instituição, ter terminado em 2015 e à redução dos apoios por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Recorde-se que em 2015 uma grande parte dos contratos de novos funcionários para a valência HJLC foram efetuados através de medidas de apoio à contratação do IEFP.

10. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram 21 elementos.

Os órgãos diretivos da SCMA não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 204 e em 31/12/2015 foi de 190.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.352.799,58	2.417.163,55
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	496.081,00	539.172,55
Caixa Geral de Aposentações	169.464,88	216.474,27
Segurança Social	326.279,46	322.499,48
Fundo de Compensação	336,66	198,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21.943,08	17.812,15
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	75.190,79	78.212,92
Total	2.946.014,45	3.052.361,17

Um dos principais objetivos da SCMA continua a ser o de proporcionar boas condições aos seus colaboradores. Desta forma, foram contratados cerca de 8 funcionários em *part-time* para a área social, para que desta forma possam ser dadas 2 folgas semanais a todos os funcionários da instituição.

No momento o quadro da instituição conta ainda com cerca de 43 funcionários que ficaram em Regime de Cedência de Interesse Público, cujos vencimentos e regalias são assegurados pela SCMA.

11. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A SCMA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei, informa-se que a situação da SCMA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2016	2015
Inv. Associadas -Outros métodos:		
Agrofelgue, Lda	2.493,99	2.493,99
Empréstimos	1.643,26	1.643,26
Investimentos noutras empresas:		0,00
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Ações CCAM	100,00	100,00
Outros Investimentos - ECT	6.164,37	2.350,88
Fundo Reestruturação Setor Solidário	1.585,21	1.585,21
Perdas por imparidade acumuladas	-59,86	-67,34
Total Líquido	12.176,37	8.355,40

A. Investimentos em Associadas -Outros métodos:

Trata-se de uma participação financeira de 50% na “Agrofelgue, Lda” sediada em Anadia, que se encontra mensurada pelo método do custo.

Os Investimentos em associadas apresentam o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2015						
Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-15	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos
Agrofelgue Lda	Anadia	141,197,68	50%	2.493,99	0,00	1.643,26
				2.493,99		1.643,26
31 de Dezembro de 2016						
Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-16	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos
Agrofelgue Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26
				2.493,99	0,00	1.643,26

Os saldos e transações com a associada “Agrofelgue, Lda” apresentam-se no quadro seguinte:

Transacções	2016	2015
Rendas (Conta 78)	12.250,00 €	15.000,00 €
SalDOS	2016	2015
Empréstimos concedidos (Conta 41)	1.643,26 €	1.643,26 €

B. Investimentos noutras empresas:

Quanto aos investimentos noutras empresas de que abaixo se apresenta detalhe encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-16	31-dez-15
Método Justo valor		
Acções CCAM	100,00	100,00
Titulos Divida Publica CGD	249,40	249,40
Fundo Reestruturação Setor Social	1.585,21	877,41
Outros Investimentos - FCT	6.164,37	78,97
	8.098,98	1.305,78
Perdas por imparidade acumuladas	-59,86	-54,87
Sub-Total	8.039,12	1.250,91
Total Líquido	8.039,12	1.250,91

Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

O Fundo de Reestruturação do Setor Social, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 e destina-se ao apoio da reestruturação e da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) e equiparadas, permitindo, desta forma, a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais por estas prestadas.

Fundo de Compensação do trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

A Lei n.º 70/2012 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O FCT e o FGCT são fundos autónomos, com personalidade jurídica e não integram o perímetro de consolidação da Segurança Social nem o seu orçamento, são ainda fundos de adesão individual e obrigatória pela entidade empregadora.

12.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 as rubricas “Clientes” e “perdas por imparidade acumuladas” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Créditos a receber		
Utentes	20.931,82	16.989,03
Cientes	423.788,04	248.264,17
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	5.642,25	4.893,25
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	(5.642,25)	(4.893,25)
Total	444.719,86	265.253,20

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes		
ARS CENTRO	381.020,61	248.264,17
Cientes Gerais	307,79	-
Avenças	36.675,00	-
Seguradoras	5.784,64	580,00
Utentes	20.931,82	16.989,03
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	5.642,25	4.893,25
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	- 5.642,25	- 4.893,25
Total	444.719,86	265.833,20

O saldo do cliente “ARS Centro” deve-se essencialmente à Unidade de Cuidados Continuados e a parte dos MCDT’s que apenas foram faturados no final do ano, estando o mesmo a ser regularizado e 90 dias (aproximadamente).

As perdas por imparidade registadas, respeitam essencialmente a débitos dos utentes das respostas sociais da Infância que, não obstante as tentativas de cobrança, não foi ainda possível receber.

12.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Ministério da Educação	19.945,76	19.945,76
Outros Devedores	3.784,41	1.323,52
IEFP - Estágios e apoio à contratação	38.356,25	30.309,60
Faturação a ACSS e ARS	496.703,94	465.954,69
Rendas a cobrar	4.350,00	1.250,00
Total	563.140,36	518.783,57

A rubrica com mais expressão continua a ser “Faturação a ACSS e ARS”, que inclui essencialmente o montante do acréscimo de rendimentos no valor de 2.926.684,62€ no âmbito da produção efetuada e ainda não faturada conforme o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS, e que se encontra compensado com os adiantamentos efetuados por aquela entidade no montante de 2.429.980,68€, por não

serem suscetíveis de retorno, considerando que os serviços foram efetivamente prestados, havendo já comunicação formal de fevereiro passado da sua aceitação.

Os principais montantes especializados correspondem a:

Atividade	Designação	Valor
Produção do Acordo de Cooperação	Consulta externa	658.017,50
	Cirurgia Ambulatório	1.906.950,63
	Incentivo Produção	129.008,81
Total		2.693.976,94

A verba relativa aos Incentivos à produção contratada, carece do cumprimento do Índice Global do Desempenho, tal como definido no Acordo de Cooperação e que de acordo com a referida comunicação se encontra atingido em 95,6%.

12.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros a Registrar	13.020,94	12.243,90
Contratos de manutenção	1.612,50	-
...	-	-
Total	14.633,44	12.243,90
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Cobradas	802,40	802,40
Cartão oferta - Pingo Doce	-	-
Quotizações	-	110,00
Total	802,40	912,40

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.650,00	1.850,00
Depósitos à ordem	536.027,89	286.735,33
Depósitos a prazo	500.000,00	500.000,00
Outros - Conta Utentes	(193.665,71)	(210.104,52)
Total	844.012,18	578.480,81

Em relação aos saldos acima apresentados, deve referir-se o seguinte:

- ✓ A SCMA tem um saldo de 1.650€ de caixa distribuído pelos diversos serviços.

- ✓ A conta designada “Outros - Conta Utentes”, cujo saldo se apresenta credor, resulta do registo contabilístico da entrega de disponibilidades por parte de alguns utentes, que solicitam à SCMA a sua gestão. Nesta conformidade, porque esta entrega de meios financeiros se materializa numa conta de depósitos à ordem de disponibilidades que não são pertença da SCMA, na elaboração das presentes DF’s procedeu-se à compensação dos saldos.

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01 janeiro 2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2016
Fundos	920.353,09	-	-	920.353,09
Resultados transitados	1.484.029,76	101.616,45	-	1.585.646,21
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	167.356,69	19.445,04	(3.696,65)	183.105,08
Total	2.571.739,54	121.061,49	(3.696,65)	2.689.104,38

Sobre os movimentos ocorridos no exercício de 2016 salienta-se o seguinte:

- ❖ O aumento na conta dos resultados Transitados resulta da aplicação do resultado de 2015 conforme deliberação em Assembleia geral de 31 de março de 2016.
- ❖ O aumento na rubrica Ajustamentos/OVFP é resultante de donativos monetários recebidos durante o ano.
- ❖ As diminuições na rubrica ajustamentos/OVFP decorrem de reconhecimento dos rendimentos de subsídios relacionados com AFT. (vide nota 12.12)

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	122.121,71	114.695,81
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	122.121,71	114.695,81

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	122.121,71	0,00	0,00	0,00	122.121,71
	122.121,71	0,00	0,00	0,00	122.121,71

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10.668,60	10.885,09
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	10.668,60	10.885,09
Passivo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS)	29.744,40	34.452,47
CGA	21.138,61	20.357,42
Segurança Social	36.584,04	33.033,25
Outras Tributações - FCT e FGCT	405,78	253,90
Total	87.872,83	88.097,04

O ativo no valor de 10.668,60€ corresponde ao pedido de restituição de 50% do valor do IVA em todos os géneros alimentares.

As restantes rubricas correspondem a encargos referentes ao mês de dezembro cujo pagamento só é exigido nos meses seguintes.

12.9. Outras dívidas a pagar

A rubrica “Outras dívidas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar		415.753,47		395.397,70
Honorários a liquidar		88.657,74		178.198,22
Quotização da UMP		185.146,20		17.351,64
ARS - Taxas Moderadoras		124.271,96		134.263,12
ARS - Compensação Investimento não amortizado	35.032,01	15.013,68	40.036,64	10.008,96
Outros credores	-	73.029,56	-	47.944,61
Total	35.032,01	901.872,61	40.036,64	783.164,25

A sub rubrica – “Remunerações a pagar”, refere-se a encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2017.

A sub rubrica “Honorários a liquidar” refere-se essencialmente a serviços prestados por colaboradores, cujos serviços foram efetuados em dezembro de 2016, mas que de acordo com as regras em uso apenas foram faturados no início de 2017.

A sub rubrica “Quotização da UMP ” refere-se ao reconhecimento do gasto relativo à quota parte dos resultados positivos alcançados na valência hospitalar, nos

termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas em janeiro de 2015 (vd nota 12.12).

A sub rubrica – “ARS – Taxas Moderadoras”, refere-se ao valor cobrado aos utentes que tem que ser entregue à ARS conforme estipulado no Acordo de Cooperação.

A sub rubrica – “ARS – Compensação Investimento não amortizado”, refere-se ao valor dos ativos conforme descrito na Nota 5.1., e que deverá ser paga à ARS durante o período de vigência do Acordo de Coperação (10 anos com início em 2015).

A sub rubrica “Outros credores” respeita fundamentalmente à aplicação do princípio do acréscimo em relação a um conjunto de despesas (eletricidade, água e outras), que são gastos de 2016 mas que apenas foram faturadas em 2017.

12.10. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	191.059,49	181.172,63
Serviços especializados	1.258.776,14	1.404.081,70
Materiais	31.085,58	23.037,39
Energia e fluidos	199.362,94	208.806,60
Deslocações, estadas e transportes	5.134,04	9.069,04
Serviços diversos (*)	71.179,75	70.395,21
Seguros	21.718,32	20.521,60
Comunicação	16.407,33	11.836,02
Limpeza, higiene e conforto	9.357,50	10.916,33
Total	1.756.597,94	1.896.562,57

As rubricas serviços especializados sofreram uma diminuição que se deve essencialmente a diminuição do número de cirurgias efetuadas no HJLC no âmbito do acordo de cooperação.

12.11. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.103,61	3.498,74
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	70,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	41.330,18	42.723,09
Imputação de subsídios Investimentos:	3.696,65	11.841,65
Outros rendimentos e ganhos	37.146,25	40.550,33
Total	85.276,69	98.684,61

A rubrica “*Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros*”, refere-se ao valor das rendas cobradas do património imobiliário que se encontra em regime de arrendamento.

A rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” inclui essencialmente donativos em espécie no valor de 15.364,58€ (20.759,52€ em 2015) e rendimentos financeiros no valor de 3.087,54€ (5.901,93€ em 2015).

12.12. Outros Gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Taxas	2.630,50	3.482,27
Descontos de pronto pagamento concedidos	15,20	-
Dividas incobráveis	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	5.125,01	-
Outros Gastos e Perdas	25.206,14	-
Quotizações à UMP	171.514,56	3.928,78
Total	204.491,41	7.411,05

A sub rubrica “*Quotizações à UMP* ” inclui o reconhecimento do gasto do ano de 2016, referente à quota parte dos resultados positivos alcançadas na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas no montante de 167.794,56€. (vide nota 12.9)

12.13. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 13 de Março de 2017.

Anexo Auxiliar**1. Número médio de utentes e pessoas ao serviço da Instituição repartido por resposta social no exercício de 2016**

VALÊNCIA: Centro de Dia

Nº MÉDIO DE UTENTES: 50

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
2	Técnicos de Serviço Social (a)
1	Enfermeira (a)
1	Motorista (a)
3	Administrativos (a)
1	Cozinheiros (a)
3	Auxiliares de Cozinha (a)
2	Ajudante Ocupacional (a)
4	Ajudantes de Lar e Centro de Dia
12	Trabalhadores Serviços Gerais (a)
1	Técnica Auxiliar de Serviço Social (a)
6	Ajudantes de Lar e Centro de Dia (a)
1	Téc. Aux. Apoio Social /Fisioterapia (a)
1	Encarregada de Serviços Gerais (a)
1	Fisioterapeuta (a)

(a) - Comum a Diversas Valências

VALÊNCIA: Lar Seabra de Castro

Nº MÉDIO DE UTENTES: 52

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
2	Técnicos de Serviço Social (a)
1	Enfermeira (a)
1	Motorista (a)
3	Administrativos (a)
8	Ajudantes de Lar e Centro de Dia
1	Cozinheiros (a)
3	Auxiliares de Cozinha (a)
1	Encarregadas de Serviços Gerais (a)
4	Trabalhadores Serviços Gerais
1	Téc. Aux. Apoio Social /Fisioterapia (a)
8	Trabalhadores Serviços Gerais (a)
6	Ajudantes de Lar e Centro de Dia (a)
1	Técnica Auxiliar de Serviço Social (a)
1	Fisioterapeuta (a)
2	Ajudante de Ocupação (a)

(a) - Comum a Diversas Valências

VALÊNCIA: Lar José Luciano de Castro

Nº MÉDIO DE UTENTES: 45

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
1	Técnicos de Serviço Social (a)
1	Enfermeira
1	Motorista (a)
3	Administrativos (a)
1	Ajudante de Cozinha
14	Ajudantes de Lar e Centro de Dia
1	Téc. Aux. Apoio Social /Fisioterapia (a)
1	Educadora Social
15	Trabalhadores Serviços Gerais

(a) - Comum a Diversas Valências

VALÊNCIA: Apoio Domiciliário

Nº MÉDIO DE UTENTES: 45

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
2	Técnicos de Serviço Social (a)
1	Enfermeira (a)
1	Motorista (a)
3	Administrativos (a)
1	Cozinheiros (a)
3	Auxiliares de Cozinha (a)
2	Ajudantes Familiares
4	Trabalhadores de Serviços Gerais
6	Trabalhadores Serviços Gerais (a)
1	Encarregada de Serviços Gerais (a)

(a) - Comum a Diversas Valências

VALÊNCIA: Creche

Nº MÉDIO DE UTENTES: 42

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
2	Técnicos de Serviço Social (a)
1	Enfermeira (a)
1	Motorista (a)
3	Administrativos (a)
1	Educadoras
1	Educadoras (a)
6	Ajudante de Acção Educativa
1	Cozinheiros (a)
3	Auxiliares de Cozinha (a)
1	Trabalhadores de Serviços Gerais (a)

(a) - Comum a Diversas Valências

VALÊNCIA: Pré-Escolar

Nº MÉDIO DE UTENTES:

56

NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
2	Técnicos de Serviço Social (a)
1	Enfermeira (a)
1	Motorista (a)
3	Administrativos (a)
2	Cozinheiros (a)
3	Auxiliares de Cozinha (a)
2	Educadoras
1	Educadoras (a)
2	Ajudante de Acção Educativa (a)
3	Ajudante de Acção Educativa
1	Trabalhadores de Serviços Gerais (a)

(a) - Comum a Diversas Valências

2. Demonstração de Resultados por Natureza - Social/Saúde

	Social	Saúde	TOTAL
Vendas e serviços prestados	1.005.605,92	3.998.878,41	5.004.484,33
Subsídios, doações e legados à exploração	906.289,64	151,32	906.440,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-309.850,16	-254.384,12	-564.234,28
Fornecimentos e serviços externos	-223.522,64	-1.671.219,08	-1.894.741,72
Gastos com pessoal	-1.445.166,01	-1.500.848,44	-2.946.014,45
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-839,00	0,00	-839,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	7,48	0,00	7,48
Outros rendimentos	151.118,13	1.541,92	152.660,05
Outros gastos	-7.717,77	-196.736,76	-204.454,53
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	75.925,59	377.383,25	453.308,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70.219,94	-65.844,34	-136.064,28
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	5.705,65	311.538,91	317.244,56
Juros e gastos similares suportados	0,00	-36,88	-36,88
Resultado antes de impostos	5.705,65	311.502,03	317.207,68
Resultado líquido do período	5.705,65	311.502,03	317.207,68

3. Demonstração de Resultados por Natureza - Áreas Funcionais

	Infância	Terceira Idade	Sáude	TOTAL
Vendas e serviços prestados	71.751,46	933.854,46	3.998.878,41	5.004.484,33
Subsídios, doações e legados à exploração	258.132,41	648.157,23	151,32	906.440,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-32.599,58	-277.250,58	-254.384,12	-564.234,28
Fornecimentos e serviços externos	-27.779,26	-195.743,38	-	-
Gastos com pessoal	-297.374,31	1.147.791,70	1.500.848,44	2.946.014,45
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-839,00	0,00	0,00	-839,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	1,41	6,07	0,00	7,48
Outros rendimentos	27.211,35	123.906,78	1.541,92	152.660,05
Outros gastos	-1.065,70	-6.652,07	-196.773,64	-204.491,41
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-2.561,22	78.486,81	377.346,37	453.271,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-13.329,65	-56.890,29	-65.844,34	-136.064,28
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-15.890,87	21.596,52	311.502,03	317.207,68
Resultado antes de impostos	-15.890,87	21.596,52	311.502,03	317.207,68
Resultado líquido do período	-15.890,87	21.596,52	311.502,03	317.207,68

4. Demonstração de Resultados por Natureza - Social

	LAR José L. Castro	LAR Seabra Castro	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILI.	CRECHE	PRÉ- ESCOLAR	TOTAL
Vendas e serviços prestados	373.157,84	421.091,18	61.503,90	78.101,54	29.959,03	41.792,43	1.005.605,92
Subsídios, doações e legados à exploração	181.066,54	221.995,12	73.397,44	171.698,13	130.751,82	127.380,59	906.289,64
ISS, IP - Centros Distritais	167.928,54	207.293,48	65.058,00	164.401,11	126.582,10	121.647,22	852.910,45
Outros	13.138,00	14.701,64	8.339,44	7.297,02	4.169,72	5.733,37	53.379,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-95.190,79	-114.951,50	-26.737,16	-40.371,13	-15.218,23	-17.381,35	-309.850,16
Fornecimentos e serviços externos	-74.492,63	-69.657,05	-24.710,82	-26.882,88	-11.971,78	-15.807,48	-223.522,64
Gastos com pessoal	-431.499,89	-422.843,79	121.920,45	171.527,57	-146.045,50	151.328,81	1.445.166,01
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	-394,50	-444,50	-839,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	1,80	2,02	1,20	1,05	0,60	0,81	7,48
Outros rendimentos	36.145,04	43.745,63	22.672,92	21.343,19	11.595,60	15.615,75	151.118,13
Outros gastos	-3.436,94	-1.530,27	-896,98	-787,88	-449,01	-616,69	-7.717,77
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-14.249,03	77.851,34	-16.689,95	31.574,45	-1.771,97	-789,25	75.925,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16.856,37	-18.963,44	-11.237,61	-9.832,87	-5.618,80	-7.710,85	-70.219,94
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-31.105,40	58.887,90	-27.927,56	21.741,58	-7.390,77	-8.500,10	5.705,65
Resultado antes de impostos	-31.105,40	58.887,90	-27.927,56	21.741,58	-7.390,77	-8.500,10	5.705,65
Resultado líquido do período	-31.105,40	58.887,90	-27.927,56	21.741,58	-7.390,77	-8.500,10	5.705,65

5. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde

	UCC	Bloco Operatório	Consulta Externa	Fisioterapia	Consulta Aberta	Imagiologia	Total
Vendas e serviços prestados	755.852,42	1.989.652,70	746.159,32	208.066,54	188.590,38	110.557,05	3.998.878,41
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	151,32	0,00	0,00	151,32
Outros	0,00	0,00	0,00	151,32	0,00	0,00	151,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.	-32.479,00	-194.119,83	-15.223,41	-5.613,54	-1.952,26	-4.996,08	-254.384,12
Fornecimentos e serviços externos	-294.799,54	-580.913,51	-478.466,28	-93.311,11	-180.654,55	-43.074,09	-1.671.219,08
Gastos com pessoal	-479.456,03	-378.775,55	-252.544,62	-121.351,14	-102.995,32	-165.725,78	-1.500.848,44
Outros rendimentos	1.173,94	43,69	7,92	158,87	157,50	0,00	1.541,92
Outros gastos	-37.063,53	-36.206,37	-30.786,98	-27.686,61	-27.711,06	-37.282,21	-196.736,76
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-86.771,74	799.681,13	-30.854,05	-39.585,67	-124.565,31	-140.521,11	377.383,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3.140,79	-56.339,35	-3.411,88	-778,90	-1.898,28	-275,14	-65.844,34
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-89.912,53	743.341,78	-34.265,93	-40.364,57	-126.463,59	-140.796,25	311.538,91
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-11,31	-11,25	-5,65	-2,29	-5,57	-0,81	-36,88
Resultado antes de impostos	-89.923,84	743.330,53	-34.271,58	-40.366,86	-126.469,16	-140.797,06	311.502,03
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-89.923,84	743.330,53	-34.271,58	-40.366,86	-126.469,16	-140.797,06	311.502,03



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**, (adiante designada por "SCMA" ou "Entidade") que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.154.013,62 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.006.312,06 euros, incluindo um resultado líquido de 317.207,68 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 12.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da atividade hospitalar desenvolvida, que se encontra regulada pelo Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro, a SCMA ainda não procedeu à emissão das faturas dos serviços prestados em 2016, tendo recebido os adiantamentos contratualizados, razão pela qual na apresentação dos saldos à face do balanço, se

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira



procedeu à respetiva compensação. Adicionalmente, na determinação do rédito relativo à valência saúde (vide nota 8 do Anexo), não obstante a diversidade e especificação da prestação dos serviços, o relacionamento com as entidades contratantes, o nível de estimativas ser elevado e o facto da Adenda para 2016 ao Acordo de Cooperação aguardar homologação, não se esperam diferenças significativas para os montantes registados, considerando que os serviços foram efetivamente prestados.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos de comparativos, foram por nós examinadas e a Certificação Legal das Contas, emitida em 17.03.2016, incluía uma qualificação por desacordo, relacionada com a mensuração duma participação em associada. Considerando que normativo aplicável a partir de janeiro de 2016 clarificou o critério de valorização dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, a referida qualificação não é aplicável, pelo que a reserva foi retirada.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização

Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Coimbra, 14 de março de 2017

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, SROC, Lda

Representada por


João Paulo Ferreira (ROC)

